

Regina deve ser exonerada

BRASÍLIA – Os servidores do Prodasesn envolvidos na violação do painel eletrônico do Senado devem ter a sua pena agravada por terem mentido em seus depoimentos durante sindicância no Senado. A presidente da comissão do Senado que apura as responsabilidades no episódio, Paula Miranda, diz que eles cometeram perjúrio e isso será levado em consideração no inquérito administrativo em curso. Regina Borges, a ex-diretora do Prodasesn, deverá ser exonerada.

“Os servidores só confessaram o envolvimento na violação do painel porque não tinham mais como sustentar a versão inicial depois do laudo da Unicamp”, explica Paula, diretora da Secretaria Administrativa do Senado.

Como não há dúvida da participação dos servidores na violação do painel, o papel da comissão será analisar o grau de culpabilidade de cada um e recomendar uma punição. A pena varia da suspensão - de um a 90 dias - à demissão. A decisão caberá ao

primeiro-secretário da Mesa do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE).

De antemão, Paula afirma que Regina Borges tem uma parcela maior de responsabilidade pelo cargo de chefia que ocupava. Por isso, ela poderá ter uma punição maior do que os outros servidores. Além de Regina, o assessor do senador Arruda, Domingos Lamoglia, e os funcionários do Prodasesn Ivar Alves Ferreira (marido de Regina), Heitor Ledur e Hermilo Gomes da Nóbrega também respondem ao processo.

A comissão também vai julgar se o ex-funcionário da empresa Kopp, Sebastião Gazolla, cometeu crime. Convocado por Regina, ele adulterou o sistema de votações que possibilitou a emissão da lista com os votos secretos dos senadores na sessão que cassou Luiz Estevão. “No caso do Gazolla, dependendo do seu grau de envolvimento, pediremos providências legais ao Ministério Público para que ele seja processado judicialmente”, diz Paula.